

O ENSINO RELIGIOSO E A CULTURA ESCOLAR: UM ENCONTRO HISTÓRICO-SOCIAL PARA A FORMAÇÃO DOS SUJEITOS

Ana Maria de Souza e Silva ☎ 0000-0002-6528-7095
Dr. Raimundo Márcio Mota de Castro ☎ 0000-0001-9487-4961
Universidade Estadual de Goiás

RESUMO: Historicamente, a Cultura Escolar se apresenta enquanto ferramenta didático pedagógica em constante contato com as disciplinas escolares, como o Ensino religioso, que constroem e mantêm suas especificidades. O presente trabalho busca se aproximar do Método Fenomenológico com o objetivo de desvelar o Ensino Religioso enquanto componente curricular que faz parte da Cultura Escolar e, conseqüentemente, da formação dos sujeitos. O procedimento adotado foi o levantamento bibliográfico qualitativo de caráter exploratório, com o intuito de ampliar a percepção existente sobre os fenômenos estudados. O referencial teórico principal é constituído por Julia (2001); Junqueira (2009); Castro e Baldino (2014) e Rodrigues, Junqueira e Martins Filho (2015). Tais escolhas teóricas e metodológicas nos permitiram vislumbrar a construção histórico-cultural do Ensino Religioso e suas possibilidades formativas, concluindo que sua proposta pedagógica comporta as diversidades culturais e o respeito às diferenças, reforçando positivamente a construção da Cultura Escolar para a formação dos sujeitos.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Religioso; Cultura Escolar; Educação.

RELIGIOUS EDUCATION AND SCHOOL CULTURE: A HISTORICAL-SOCIAL MEETING FOR THE FORMATION OF SUBJECTS

ABSTRACT: Historically, School Culture presents itself as a pedagogical-didactic tool in constant contact with school subjects, such as Religious Education, which build and maintain their specificities. This work intends to approach the Phenomenological Method with the objective of unveiling Religious Education as a curricular component that is part of School Culture and, consequently, of the formation of subjects. The procedure adopted was a qualitative bibliographic research of exploratory nature, in order to expand the existing perception of the phenomena studied. The main theoretical framework is constituted by Julia (2001); Junqueira (2009); Castro and Baldino (2014); and Rodrigues, Junqueira and Martins Filho (2015). Such theoretical and methodological choices allowed us to glimpse the historical-cultural construction of Religious Education and its formative possibilities, concluding that its pedagogical proposal includes cultural diversities and respect for differences, positively reinforcing the construction of School Culture for the formation of subjects.

KEYWORDS: Religious Education; School Culture; Education.



1 INTRODUÇÃO

Se há algo que um indivíduo do Século XXI teria dificuldade em negar, pelo menos tendo respaldo da comunidade científica, são as mudanças que ocorreram no mundo, e conseqüentemente, na Educação, durante as últimas décadas. O processo educativo está em um movimento constante de adaptação, propondo em sua prática a formação de sujeitos para as exigências da sociedade atual.

Como afirmam Cherobini e Martinazzo (2005), o fato de terem ocorrido significativas transformações históricas nas últimas décadas já não é tópico para debate, mas sim um consenso. Isto é, o campo científico sofreu diversas mudanças que agora direcionam pesquisas que não estão mais em busca de verdades absolutas e caminhos únicos para atingir a mesma, pelo contrário, revisitar a história dos objetos estudados serve como referência sobre a inconstância das ciências e, conseqüentemente, do ensino que dela se resulta.

Esse novo jeito de fazer pesquisa no campo educacional teve como objetivo quebrar a linearidade imposta pelo cientificismo do Século XIX, que serviu aos modelos do Positivismo e que era fragmentado e excludente. Essas condições de pesquisa dificultaram, por muito tempo, as possibilidades de valorização das identidades e culturas tão diversas que coabitavam nas escolas. Diante disto, a Cultura Escolar engendrada através de tais pesquisas delineou as práticas didáticas e pedagógicas por décadas, envolvendo todo o ambiente escolar e não somente uma disciplina específica (JULIA, 2001; BARROSO, 2004; CARVALHO, 2006; SILVA, 2006).

Assim sendo, ao buscar conhecer a historicidade do ensino, isto é, contextualizá-lo no espaço e tempo em que está sendo investigado, bem como, contextualizar o próprio ato de pesquisar sobre a educação, pretende apreender o fenômeno educacional e seus objetivos e, a partir disso, identificar alternativas para que esse ensino apresente o máximo de condições e possibilidades para a formação dos sujeitos.



Desta forma, a Educação Básica se vincula ao processo de pesquisa acadêmica, fazendo com que estes dois níveis educacionais estejam conectados por uma rede complexa de ações e interações. As figuras que ocupam os papéis de professores e pesquisadores, portanto, se tornam o veículo entre sociedade e escola, uma vez que “toda comunidade em que o educador se encontra inserido atribui, a ele, a missão de formar educandos críticos e capazes de atuar de modo ativo na comunidade” (SILVA, 2012, p. 183).

Esse movimento de reestruturação das pesquisas científicas exigiu, das escolas e das universidades, um processo ininterrupto de construção do espaço escolar enquanto ambiente que acolhe, orienta e se vincula com a sociedade para além dos muros da escola. Conseqüentemente, as transformações foram muito além das ocorridas no campo científico, elas, indiscutivelmente, se tornaram direcionadoras das práticas pedagógicas e são fonte de referência para a construção de uma cultura que é específica da escola e que somente nesse espaço encontra terreno fértil para ser construída e consolidada (JULIA, 2001).

A Educação Básica, portanto, é definida aqui como espaço primário para a formação do sujeito. O próprio ensino, e a forma com que ele é organizado, apresenta uma complexidade de saberes que é inerente à cada disciplina, ao mesmo tempo que é pertencente à sociedade, lançando espaços de construção do conhecimento que quebram barreiras e limites, sejam eles físicos ou intelectuais.

Diante disto, mesmo entendendo a importância de todas as disciplinas educativas para a construção do que concebemos aqui como Cultura Escolar, este processo investigativo realizou o recorte espacial na disciplina Ensino Religioso. Ou seja, ainda que a historicidade do ensino esteja voltada para uma condição fluida da educação, aqui se fez necessária esta delimitação com o objetivo de desvelar as relações e influências existentes entre o Ensino Religioso e a Cultura Escolar.

A disciplina Ensino Religioso sustenta uma história longa e controversa no decorrer da construção da Cultura Escolar. A concepção e inserção desta



disciplina nas escolas foi permeada por disputas e debates, e esse conflito pode ser visto ainda hoje, mesmo que de maneira velada (CASTRO, 2009; RODRIGUES; JUNQUEIRA; MARTINS FILHO, 2015; MENEGUEL; GABRIEL, 2022). Por continuar sendo uma disciplina as vezes contraditória, principalmente no que diz respeito à forma em que os conteúdos que compõem o seu currículo devam ser apresentados, ela constitui um elemento muito importante para a construção da Cultura Escolar.

Percebemos essa disciplina enquanto processo formativo com potencialidade para ultrapassar a proposta tradicional de “evangelização” do saber religioso, e então constituir um Ensino de Religiosidade, isto é, valorizando a pluralidade religiosa e sua diversidade cultural (CURY, 2004; CASTRO, 2009; JUNQUEIRA, 2009; STRECK, 2012). Entendemos que haja uma resistência para esta proposta educativa, tendo em vista que as outras instituições existentes na sociedade, como Igreja, Família e Estado não possuem, como a Escola, um compromisso único e exclusivo com a formação dos sujeitos que compartilham uma realidade em comum.

A escola é, por conseguinte, o campo privilegiado de socialização, onde a multiplicidade de culturas, religiões e identidades convivem diariamente. Desta forma, a disciplina Ensino Religioso pode oferecer condições favoráveis para o reconhecimento e valorização da multiculturalidade que compõe a sociedade, através de uma prática pedagógica que resulte em respeito às diferenças e reconhecimento da pluralidade sociocultural dos sujeitos (JUNQUEIRA, 2009; CASTRO; BALDINO, 2014; VILAS-BOAS; PEREIRA, 2022).

A união entre a disciplina Ensino Religioso e a Cultura Escolar direciona esse debate, por apresentarem nessa relação uma rede de influências simultâneas, que acompanharam as transformações históricas existentes na Educação Básica. Em síntese, mesmo após tantas mudanças sofridas pela sociedade, esta disciplina continua presente como componente curricular obrigatório, de matrícula facultativa, para a formação dos indivíduos.



Desta forma, este processo investigativo tentou se aproximar do Método Fenomenológico (MOREIRA, 2002), com intenção de observar o fenômeno estudado tal qual ele se apresenta à nossa consciência, desvelando sua construção histórica e a posição que ocupa na contemporaneidade escolar. O procedimento adotado foi o levantamento bibliográfico qualitativo de caráter exploratório e tem como finalidade principal a compreensão da disciplina Ensino Religioso na formação dos sujeitos da Educação Básica e sua contribuição para o engendramento da Cultura Escolar.

Por conta disso, o texto se divide em três momentos: primeiramente, vamos conhecer um pouco sobre a construção histórica da disciplina Ensino Religioso. Em seguida, é necessário compreender o conceito e debates sobre a Cultura Escolar. Por fim, tentaremos estabelecer relações entre Ensino Religioso e Cultura Escolar, para compreendermos as possibilidades que essas interações oferecem para a formação do sujeito na Educação Básica.

2 ENSINO RELIGIOSO: UMA DISCIPLINA COM HISTÓRICO CONTROVERSO

A educação formal brasileira esteve, desde os seus primórdios, intimamente relacionada aos fundamentos religiosos da Igreja Católica Apostólica Romana, isto é, com a doutrina do Cristianismo. Esta religião se estabeleceu como hegemônica no nosso país através da Colonização realizada pelos portugueses. Conseqüentemente, essa relação influenciou e direcionou os ensinamentos e a organização da escola, assim como a construção da Cultura Escolar (JULIA, 2001; BARROSO, 2004; SILVA, 2006).

Ainda no Brasil Colônia (1500-1822), a alfabetização era realizada por religiosos da Companhia de Jesus, com o aval da Coroa Portuguesa. De acordo com Castro (2009), não se percebia um limite claro entre a organização da Monarquia e da Igreja, pois havia uma forte influência desta última nas ações da primeira.



Logo, a doutrina cristã, em particular sua vertente católica, se tornou base de toda a educação do território brasileiro. Mesmo quando houve a Reforma Pombalina (1759), onde os religiosos da Companhia de Jesus perderam sua jurisdição sobre o ensino e, posteriormente, foram expulsos do território brasileiro, não houve uma ruptura tão evidente entre as finalidades da Igreja e da Educação para os sujeitos (CASTRO, 2009).

Por conta disso, os ensinamentos acumulados no decorrer dos séculos foram se concretizando no imaginário popular e organizando as ações escolares, independente de quem se responsabilizava por elas. Historicamente falando, mesmo com as alterações existentes no ensino, estando a jurisdição escolar nas mãos da Igreja, da Coroa ou, mais tarde, do Estado, poucas eram as mudanças práticas dentro dos ambientes de ensino (RODRIGUES; JUNQUEIRA; MARTINS FILHO, 2015; SANTOS, 2021).

A construção da disciplina Ensino Religioso seguia um círculo histórico de construção cultural e social, onde os professores que passavam a atuar profissionalmente, antes de tudo, haviam sido alunos deste mesmo ambiente. Isto é, as experiências e lembranças da fase escolar, acompanham a prática docente destes professores. O imaginário construído nesta memória era de uma escola que seguia normas religiosas, com as quais a grande maioria se identificava, uma vez que esta era a doutrina que prevalecia nos demais ambientes sociais (CURY, 2004; SILVA, 2004; JUNQUEIRA, 2009; CASTRO; BALDINO, 2014).

Dito isto, a construção histórica da disciplina Ensino Religioso esteve originariamente vinculada ao papel que a religião exercia na sociedade. Tal referência é resultado de um aporte teórico e prático sobre a importância da religiosidade na vida dos indivíduos, pois:

para o homem de tempos bem remotos, toda vida era sagrada e o mundo constituía-se um espaço de sacralidade, pois ele vivia em perfeita harmonia consigo, com a natureza e com Deus. [...] o homem encontrava-se simbioticamente ligado aos elementos formadores do todo: a terra, o ar, a água e o fogo. A vida transcendia o imanente, transcendia a existência e



toda a compreensão que os cinco sentidos pudessem abarcar. E tudo era sagrado. A compreensão de tudo perpassava pelo sagrado e o homem vivia das/nas práticas comunitárias, nas quais os ritos regulavam sua conduta social, por meio da experimentação do sagrado (CASTRO, 2009, p. 61).

É a existência da religiosidade na sociedade, isto é, das experiências individuais e coletivas dos sujeitos com o sagrado, foi o que validou a trajetória do Ensino Religioso enquanto elemento importante para a formação escolar. Mesmo que essa afirmação esteja vinculada à gênese da disciplina Ensino Religioso, é possível verificar que ainda hoje os limites que definem a religião enquanto setor sagrado da vida, e a religiosidade enquanto elemento formativo, ainda são fluidos (CURY, 2004). O resultado dessa rede de interações e relações entre Escola e Sociedade foi a construção de uma Cultura Escolar que organiza o ensino através da importância definida pelos processos coletivos e sociais das comunidades para os sujeitos que dali deverão ser formados (JULIA, 2001).

Entretanto, a própria sociedade, através de debates, novas propostas e construções teóricas, passou a construir uma epistemologia diferente para o Ensino Religioso. Houve, assim, rupturas entre o Estado e a Igreja, através da detenção sobre a jurisdição do Ensino Religioso nas mãos do Estado, a inserção das diversidades culturais e religiosas e a adoção de propostas pedagógicas que busquem a formação integral dos sujeitos. Um exemplo disto é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que repagina as normas e condições para esta disciplina (SANTOS, 2021; MENEGUEL; GABRIEL (2022); VILAS-BOAS, PEREIRA, 2022), dando ao Ensino Religioso ferramentas de ação e intervenção para a formação dos sujeitos.

3 OFICIALIZAÇÃO DA DISCIPLINA ENSINO RELIGIOSO

Mesmo antes da criação de uma disciplina específica para tratar dos assuntos religiosos, uma vez que “o termo Ensino Religioso só foi citado em



documentos oficiais no ano de 1827, através do artigo 179 da Constituição Imperial” (RODRIGUES; JUNQUEIRA; MARTINS FILHO, 2015, p. 92), a organização escolar tinha a religião católica como referência.

Diante deste histórico, a doutrina católica foi, por um longo período, a única fonte conhecida para se pensar a religiosidade na formação dos indivíduos e organizar a prática pedagógica da disciplina Ensino Religioso. Esta, por sua vez, foi oficialmente consolidada após a sua inclusão nas Constituições Brasileiras e Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (VILAS-BOAS, PEREIRA, 2022).

Nas Leis nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 e nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, ambas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), já continham referências ao Ensino Religioso. Entretanto, somente com a Lei nº 9.934, de 20 de dezembro de 1996, especificamente no Artigo 33 da referida lei, que o Ensino Religioso é efetivamente colocado em pauta para uma formação com base na diversidade.

Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo (BRASIL, 1996).

A partir deste momento, a ideia de Ensino de Religião, passou a ser repensado como Ensino de Religiosidade, ou seja, tendo como escopo as diversidades culturais e religiosas dos cidadãos brasileiros (CASTRO, 2009; CASTRO; BALDINO, 2014). Com a inserção do Ensino Religioso na LDB, validou-se o combate ao ensino proselitista, que tinha uma doutrina hegemônica e o objetivo de evangelização dos sujeitos.

Ainda assim, o histórico dessa disciplina é constituído por um amplo debate sobre a sua jurisdição (CURY, 2004; DANTAS, 2004; STRECK, 2012), uma vez que



mesmo com a divisão oficial entre Estado e Igreja a prática dessa disciplina continuou sendo proselitista. Conseqüentemente,

[esse] itinerário do Ensino Religioso na escola pública brasileira deixou-nos, então, como herança, uma compreensão pouco unânime acerca dos seus objetivos, o que pode ser atestado pela diversidade de princípios e concepções em torno de projetos político-pedagógicos, metodologias e formação de professores (DANTAS, 2004, p. 112-113).

Essa dificuldade de consolidação e unanimidade sobre as diretrizes que deveriam orientar a prática dessa disciplina, está diretamente relacionada aos vínculos da Escola com a Igreja Católica e seus ensinamentos. Assim sendo, o “[...] ensino religioso foi, frequentemente, confundido em toda a história da educação brasileira com catequese, ou seja, como doutrina da fé do educando” (SILVA, 2012, p. 182).

Por conta disso, Silva (2012), demonstra que esse ensino tem oferecido uma formação que pode ser considerada parcial, já que não leva em consideração a pluralidade religiosa brasileira, conforme apontado pela LDB. Ainda para este autor, a escola deveria oferecer “[...] ao educando, um Ensino Religioso que respeita a sua diversidade cultural-religiosa e, com efeito, um ensino sem proselitismo” (SILVA, 2012, p. 186).

Junqueira (2009), ao estudar o fenômeno Ensino Religioso a partir da diversidade cultural brasileira, nos indica novas possibilidades sobre esse ensino. Ele afirma que a educação está passando por um processo de revisão nunca visto em sua história, uma vez que desconsiderar esse multiculturalismo, e colocá-lo na marginalidade do ensino, já não é aceito no processo educacional.

A organização e aplicação do currículo da disciplina Ensino Religioso ocupa um espaço de disputa entre o Ensino de Religião, que se apresenta de forma proselitista, com o Ensino de Religiosidade (DANTAS, 2004; SILVA, 2012; SILVA, 2004; STRECK, 2012), que pretende ser abrangente e inclusivo com as diferentes culturas e doutrinas religiosas.



Conforme Silva (2004) sinaliza, “a religiosidade deve ser considerada enquanto fenômeno que faz parte da natureza humana e do processo histórico-cultural das sociedades” (SILVA, 2004, p. 3). Portanto, o ensino de religiosidade se daria a partir do reconhecimento e valorização sobre as várias crenças, inclusive sobre a liberdade de não-crença (DANTAS, 2004), oferecendo ferramentas formativas que valorizem e respeitem as diferenças.

É necessário, portanto, compreender a religiosidade a partir da sua historicidade. Isto é, assumir que o fenômeno religioso está relacionado com o espaço e tempo em que ocorre, consequentemente, isto define a forma com que a disciplina Ensino Religioso organiza suas finalidades formativas.

Percorrer brevemente sobre a construção histórico-social da disciplina Ensino Religioso é necessário para que essa contextualização possa contribuir para o desvelar da própria construção da Cultura Escolar. Uma vez que podemos perceber a posição ocupada pela religião nas estruturas escolares é, também, possível tirar daí as influências geradas por esta disciplina no processo de formação dos sujeitos.

4 CULTURA ESCOLAR: ESPECIFICIDADES DO AMBIENTE ESCOLAR

Diante do processo de construção histórico-social da Educação Básica, os elementos que fazem parte deste ambiente, ou seja, os professores, alunos, funcionários, instrumentos didáticos, projetos político-pedagógicos, pais, sociedade, entre outros, direta ou indiretamente se mantêm em um movimento constante de influenciar e serem influenciados.

A junção entre esses elementos, faz com que o ambiente escolar se comporte de maneira específica e singular, dando ao projeto de formação dos sujeitos um caráter único, resultando da rede de relações e interações existentes dentro da escola. Desta forma, um dos pontos de consenso entre os pesquisadores



desta temática é a ideia de uma cultura peculiar, que só pode ser observada dentro do ambiente escolar (JULIA, 2001; BARROSO, 2004; CARVALHO, 2006; SILVA, 2006).

Mas ainda que esse espaço de produção do conhecimento tenha suas singularidades, ele não se encontra disperso e sem sofrer influências do que se apresenta ao seu redor. A Escola é uma das várias instituições que compõem a Sociedade, conseqüentemente, estas duas esferas possuem algumas finalidades em comum e as influências que uma exerce sobre a outra ocorre de maneira simultânea.

Esse processo simbiótico, entre a Escola e a Sociedade, não ocorre de maneira neutra, sendo difícil, portanto, conceituá-lo como vilão ou heroico na formação educativa e social dos sujeitos. Tal divisão, voltada para o dualismo cientificista, que por muito tempo acompanhou os processos de pesquisa e de formação, seria simplista e limitador. Precisamos entender que:

[...] a escola é uma instituição da sociedade, que possui suas próprias formas de ação e de razão, construídas no decorrer da sua história, tomando por base os confrontos e conflitos oriundos do choque entre as determinações externas a ela e as suas tradições, as quais se refletem na sua organização e gestão, nas suas práticas mais elementares e cotidianas, nas salas de aula e nos pátios e corredores, em todo e qualquer tempo, segmentado, fracionado ou não (SILVA, 2006, p. 206).

Por conseguinte, o fenômeno do ensino escolar está diretamente ligado à outras esferas sociais. Compreender isso é importante para percebermos como a escola se comporta diante das exigências que a sociedade lhe impõe. E, também, delinea os limites da atuação escolar, uma vez que

“[...] os historiadores da pedagogia tenderam sempre a superestimar modelos e projetos e a constituir, no mesmo lance, a cultura escolar como um isolamento, contra o qual as restrições e as contradições do mundo exterior viriam se chocar” (JULIA, 2001, p. 12).



Vemos, neste caso, a necessidade de um olhar atento e cuidadoso para o processo de formação dos sujeitos, pois as relações que a escola possui com a sociedade como um todo e com os participantes do seu ambiente especificamente, formam as estruturas que dão bases para a Cultura Escolar. De acordo com Julia (2001), esta Cultura Escolar pode ser considerada como “[...] um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos” (JULIA, 2001, p. 10).

Essa conexão existente entre a escola e a sociedade apresenta aproximações e distanciamentos entre as finalidades sobre o ensino, construindo um estado de “exploração e negociação de tensões” (SILVA, 2006, p. 214) que caracterizam a Cultura Escolar como original e exclusiva, porém sem defini-la como isolada. Pelo contrário, sua construção também é definida através das relações existentes com a cultura geral. Desta forma, precisamos levar em consideração

[...] as transferências culturais que foram operadas da escola em direção a outros setores da sociedade em termos de formas e de conteúdos e, inversamente, as transferências culturais operadas a partir de outros setores em direção à escola (JULIA, 2001, p. 37).

Esse encontro, oferecido pela escola, também é confirmado por Barroso (2004), quando o mesmo indica que o espaço de educação formal pode ser considerado um local de mediação entre a cultura geral, que está validada socialmente, e os alunos, que estão em processo de formação dos seus conhecimentos e percepções sobre o mundo.

Isto é, “[...] seria necessário definir, a cada período, os limites que traçam a fronteira do possível e do impossível” (JULIA, 2001, p. 32), fazendo com que a escola se organize a partir das possibilidades de intervenção que cada momento proporciona. Além do tempo e espaço, necessários para caracterizar a construção da Cultura Escolar, não podemos esquecer que a relação existente entre a escola



e outras instituições da sociedade, como as Famílias, o Estado e as Igrejas, é imprescindível para compreender a forma com que essa cultura se apresenta aos sujeitos.

5 ENSINO RELIGIOSO E CULTURA ESCOLAR: UMA RELAÇÃO SIMBIÓTICA

A partir deste momento, focaremos nossa atenção na relação existente entre a Cultura Escolar e a disciplina Ensino Religioso, que esteve presente desde os primórdios da atuação escolar no Brasil. O enfoque se dará na perspectiva da Doutrina Católica, pois foi a maior referência no processo de colonização e, conseqüentemente, formação escolar dos brasileiros.

Esse prisma de análise ocorre por entendermos que seria difícil falar sobre a Cultura Escolar sem falar sobre essa forte influência religiosa que ela sofreu, e ainda sofre atualmente. Diante da complexa rede de influências que constroem a Cultura Escolar, a doutrina Católica teve uma grande responsabilidade nesse processo.

Tendo em vista que a religião esteve presente já na criação das condições de existência da sociedade brasileira, esse processo histórico fez unir a Cultura Escolar e o Ensino Religioso. Tal circunstância foi determinante para o modelo que orientava a formação básica dos sujeitos, principalmente quando levamos em consideração que a

[...] educação e religião estiveram sempre muito próximas, numa relação de interdependência e juntas construíram a cultura dos homens e mulheres. Nesse bojo, a dimensão do sagrado apresenta como parte importante da vida de cada um, ainda que de forma velada. E esse aspecto, muitas vezes, especialmente para o homem religioso, ajuda-o a viver, a saber o que fazer diante das urgências e a decidir nas incertezas (CASTRO, 2009, p. 70).



Mas houve, durante o processo de formação da própria sociedade brasileira, através das mudanças políticas, como a instituição da República, o que Castro e Baldino (2004) definem como um processo de dessacralização e laicização do ensino, onde a sociedade passou a interrogar as normas e regimentos escolares que tinham na doutrina católica suas bases de ação.

Esse movimento questionador resultou na transformação das finalidades do Ensino Religioso, uma vez que o ensino proselitista e doutrinador se tornou insuficiente para uma sociedade que não aceitava essa homogeneidade religiosa. A diversidade cultural e religiosa existente na população voltou a ter voz e espaço dentro das escolas, e isso fez com que o ambiente escolar organizasse suas diretrizes a partir da demanda trazida pela contemporaneidade.

As mudanças de perspectivas culturais e sociais, redirecionaram o processo formativo que envolvia as premissas do Ensino Religioso. Uma vez que o silenciamento e marginalização das demais doutrinas religiosas passou a ser questionado, as novas práticas desta disciplina ofereceram possibilidades que permitiam romper com o Ensino de Religião, abrindo caminhos para o Ensino de Religiosidades. Sendo assim:

o entendimento de que a religiosidade é vivida em contextos sociais e individuais, que influenciam a vida em sociedade, a cultura, a história e a economia leva ao entendimento do ser humano como ser religioso. A compreensão do ser humano que busca respostas para a sua existência em diferentes formas de crer ou a opção de não crença levanta possibilidades para investigar a maneira de pensar e o modo de agir que podem orientar, e até mesmo condicionar e determinar, a concepção de mundo, compreensão da vida e noção de transcendência do ser humano. Por isso, para compreender uma sociedade é necessário entender as influências de inúmeras organizações, inclusive as religiosas, para uma completa caracterização social (RODRIGUES; JUNQUEIRA; MARTINS FILHO, 2015, p. 102).

Consequentemente, o espaço escolar se torna uma atmosfera fértil e primordial para debates e encontros entre as diversidades culturais, fazendo com que deste ambiente saiam ferramentas e propostas de intervenção social,



contribuindo com elementos que validem as exigências da própria sociedade em relação aos sujeitos que dela fazem parte.

Desta forma, a proposta do Ensino Religioso, enquanto disciplina, engendrou novas possibilidades que ultrapassaram aquele ensino evangelizador, em busca de uma formação que contribua para a construção do sagrado e das religiosidades. Mas, não podemos supor que essa ruptura tenha acontecido de maneira brusca e definitiva, pelo contrário, ainda hoje esses limites são fluidos e exigem dos ambientes acadêmicos, principalmente, um reforço em pesquisas e investigações que contribuam para a consolidação do abandono ao proselitismo e acolhimento às diversidades religiosas e culturais.

Castro (2009), enquanto define a identidade do Ensino Religioso, apresenta algumas considerações sobre esse vínculo entre Estado e Igreja e as consequências dessa relação para a educação. Segundo este autor:

basta um olhar na trajetória histórica desse componente curricular que logo se percebem as idas e vindas, especificamente dentro do contexto da História da Educação Brasileira. [...]. É sabido que a educação escolar brasileira nasce na sacristia da Igreja, ou seja, a educação esteve atrelada a todo processo de colonização e dominação instalada nestas Terras de Santa Cruz, o que provoca forte aliança entre Igreja e Estado. E quando alianças se desfazem, a tendência é, quase sempre, que uma das partes venha a queixar-se de perdas irreparáveis, o que penso ter ocorrido, quando pela força da lei, acontece a laicização do Estado Brasileiro. No entanto, não é fácil perceber um distanciamento entre essas duas esferas – Igreja e Estado. E isso repercute, ainda hoje, como tema recorrente em discussões sobre o público e o privado, ainda mais quando o tema refere-se ao Ensino Religioso (CASTRO, 2009, p. 104-105).

Compreender a historicidade, isto é, a contextualização do espaço e tempo em que a educação se constituiu, assim como as condições nas quais ela se apresenta atualmente, se torna necessário para perceber os dois fenômenos aqui discutidos: o Ensino Religioso e a Cultura Escolar.

Ainda que não possamos limitar a construção histórico-social da Cultura Escolar em apenas uma disciplina, o recorte existente nos permite compreender



a importância dada para esse fenômeno humano, que é o Sagrado, enquanto questionamento, reflexão, liberdade e respeito pela pluralidade religiosa e as diversidades culturais dos sujeitos.

As finalidades de cada disciplina, e do Ensino Religioso em particular, acompanham as transformações da sociedade e as condições oferecidas por ela para a produção do conhecimento dentro do ambiente escolar. Quando se alteram os propósitos do ensino, ampliando sua área de atuação e tendo como base a religiosidade do ser humano, a disciplina Ensino Religioso passa a ser o veículo condutor dessa pluralidade cultural e, conseqüentemente, um dos elementos que ajudam a consolidar a Cultura Escolar.

O Ensino Religioso, portanto, ajudou a construir a Cultura Escolar antes mesmo de se tornar uma disciplina oficialmente. Enquanto isso, a Cultura Escolar oferece meios de sobrevivência para essa disciplina, tendo em vista que ambas precisam se adequar às mudanças históricas que ocorrem na sociedade. Conseqüentemente, o pluralismo religioso e a liberdade de crença e de não crença, se tornam meios capazes de construir um ensino que valorize a diversidade cultural, agregando à Cultura Escolar novas possibilidades de formação dos sujeitos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Cultura Escolar, portanto, é o resultado de uma rede de relações que se encontram na escola, mas que possuem suas origens em outros ambientes, como o familiar e religioso. Essa organização se apresenta a partir de dois pontos: as finalidades internas, definidas pela escola, e as finalidades que são estabelecidas por outras organizações sociais, externas ao ambiente escolar.

O processo de construção dessa Cultura Escolar não pode ser delimitado como já finalizado, pelo contrário, ele acontece desde a sua implantação, quando nem mesmo as escolas eram fisicamente delimitadas, e continuam se adaptando



às mudanças históricas e sociais que acontecem na sociedade. Os espaços educacionais organizam esse fluxo contínuo de influências, se adaptando quando necessário e orientando adaptações na mesma proporção.

Durante períodos de transformações histórico-sociais houveram momentos de aproximação e distanciamento entre a Cultura Escolar e a Cultura Geral, esta última podendo ser considerada como o ponto de referência do qual partem as condições de produção dos conhecimentos que ocorrem nas escolas. Por manter esse vínculo dinâmico com a sociedade e suas conjunturas, a escola se torna um ambiente de intenso encontro entre o diferente.

É um espaço onde os alunos e professores, cada um com suas crenças, percepções e intenções, se encontram e compartilham questionamentos e preocupações, com o intuito de pensar o ensino na e para a sociedade. As transformações ocorrem a todo tempo, modificando as práticas pedagógicas e os próprios objetivos sobre a formação dos sujeitos.

Como podemos verificar, isso aconteceu com a disciplina Ensino Religioso, que ao participar da construção dessa Cultura Escolar, hoje oferece novas possibilidades justamente por conta das transformações que foram influenciando a organização da escola. Por conta disso, esse ensino que inicialmente era proselitista, doutrinador, e que não permitia liberdade para reflexões e questionamentos, agora delinea novos limites e possibilidades que valorizam a pluralidade religiosa, conforme a BNCC orienta (SANTOS, 2021; MENEGUEL; GABRIEL, 2022).

As condições para que o Ensino Religioso pudesse conceber a disciplina como espaço de encontros entre as diversidades, é resultado das transformações que ocorreram, simultaneamente, na sociedade e na Cultura Escolar. A adaptação que existe entre esses dois polos, compartilhando saberes, esteve vinculada com a religiosidade do ser humano e, desta forma, orientaram os processos formativos da disciplina Ensino Religioso.



Com o passar dos anos a diversidade religiosa foi tomando espaço, tanto na sociedade, quanto na escola, e oferecendo possibilidades para um ensino que atendesse melhor aos anseios dos alunos do Século XXI. Organizações como o Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso (FONAPER), documentos Normativos como a Constituição Brasileira, LDB e BNCC, foram primordiais para que tais transformações acontecessem e, conseqüentemente, alterassem a epistemologia do Ensino Religioso e sua influência na Cultura Escolar.

Dentro da escola, os alunos e professores se apresentam como seres individuais, convivendo coletivamente, o que conseqüentemente traz a religiosidade que cada um possui para dentro deste ambiente, adotando o diálogo enquanto ferramenta que convida e mantém a diversidade na escola. Por conta disso, a disciplina Ensino Religioso pode se tornar um espaço fértil para os encontros entre as diversidades culturais, oferecendo aos sujeitos uma formação integral e que respeite as diferenças.

Tais possibilidades foram extremamente importantes para delimitar o espaço do Ensino Religioso na formação dos alunos, mas o caminho é longo, principalmente no que diz respeito às diretrizes para esse ensino, que seguem passíveis de discussões. Mas, diante de todo o percurso histórico das escolas, a oficialização do Ensino Religioso pode ser considerada recente. Desta forma, os estudos sobre esse tema precisam ser ampliados, para que a construção histórico-social da formação dos sujeitos se torne cada vez mais abrangente e a consolidação da Cultura Escolar atenda às necessidades inerentes à uma sociedade fluida e que está em constante processo de transformação.

REFERÊNCIAS

BARROSO, J. **Cultura, cultura escolar, cultura de escola.** Caderno de formação: formação de professores, v. 3, p. 181-199, 2004.

BRASIL. **Lei Nº 9.394.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 20 de dezembro de 1996. Disponível em:



http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acessado em: 20 de maio de 2022.

CARVALHO, R. G. G. Cultura global e contextos locais: a escola como instituição possuidora de cultura própria. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 39, n. 2, p. 5, 2006.

CASTRO, R. M. M. de. **Tocar em frente as ensinhanças da dúvida**: a busca da identidade do Ensino Religioso. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Uberaba, Minas Gerais, 2009.

CASTRO, R. M. M. de; BALDINO, J. M. Ensino Religioso no Brasil: apontamentos epistemológicos de um modelo em construção. **Educação em Foco**, v. 17, n. 23, p. 181-2014, 2014.

CHEROBINI, A. L.; MATINAZZO, C. J. O pensamento complexo e as implicações da transdisciplinaridade para a práxis pedagógica. **APRENDER** - Cad. De Filosofia e Psic. Da Educação, v. 3, p. 165-182, 2005.

CURY, C. R. J. Ensino religioso na escola pública: o retorno de uma polêmica recorrente. **Revista Brasileira de Educação**, p. 183-191, 2004.

DANTAS, D. C. O Ensino Religioso Escolar: modelos teóricos e sua contribuição à formação ética e cidadã. **Horizonte**, v. 2, n. 4, p. 112-124, 2004.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista brasileira de história da educação**, v. 1, n. 1, p. 9-43, 2001.

JUNQUEIRA, S. R. A. Ensino Religioso na perspectiva da escola: uma identidade pedagógica. **Interações: Cultura e Comunidade**, v. 4, n. 5, p. 245-256, 2009.

RODRIGUES, E. M. F.; JUNQUEIRA, S. R. A.; MARTINS FILHO, L. J. **Perspectivas pedagógicas do Ensino Religioso**: formação inicial para um profissional do Ensino Religioso. Florianópolis: Insular, 2015.

SANTOS, T. B. dos. O Ensino Religioso na Base Nacional Comum Curricular: algumas considerações. **Educação em Revista**, v. 37, 2021.

SILVA, E. M. da. Religião, Diversidade e Valores culturais: conceitos teóricos e a educação para a cidadania. **Revista de Estudos da Religião**, n. 2, p. 1-14, 2004.



SILVA, F. de C. T. Cultura escolar: quadro conceitual e possibilidades de pesquisa. **Educar em Revista**, n. 28, p. 201-216, 2006.

SILVA, B. L. de P. Um novo conceito de Ensino Religioso: para uma formação integral do educando. **Pós em Revista**, ed. 5, p. 182-188, 2012.

STRECK, G. W. O Ensino Religioso e a Diversidade Religiosa no Brasil: desafios para a educação. **Revista Pirtis & Praxis: Teologia e Pastoral**, v. 4, n. 1, p. 261-276, 2012.

MENEGUEL, T. C.; GABRIEL, F. A. Ensino religioso e a Base Nacional Comum Curricular: dimensão histórica e habilidades socioemocionais. **Revista Intersaberes**, v. 17, n. 40, p. 308-325, 2022.

MOREIRA, D. A. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

VILAS-BOAS, M.; PEREIRA, O. J. Práticas plurais no ensino religioso na escola brasileira: da questão republicana a um novo Ethos da formação de professores. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 4, p. 27942-27960, 2022.

Recebido em: 26/06/2022

Aceito em: 17/08/2022

